

Ofendido, Congresso processará Mailson

4 ABR 1989

BRASÍLIA — As declarações do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, feitas em Washington, de que o Congresso impediu a execução de uma política econômica austera, provocaram ontem as mais diversas reações entre os políticos. O senador Leite Chaves (PMDB-PR) ocupou a tribuna para criticar o ministro e requerer, junto à mesa — e foi atendido —, que ela entre na Justiça para processar Mailson por ação de responsabilidade por ter “ofendido o Congresso”. Chaves considerou graves as acusações do ministro, em especial porque foram feitas no Exterior, prejudicando, no seu entender, a imagem do Congresso Nacional.

O deputado Adylson Motta (PDS-RJ) pediu a convocação do ministro para explicar as acusações que fez nos Estados Unidos. “Já se culpou o chuchu. Alguns dias atrás, a culpa foi dos clubes esportivos. Não é de estranhar que, agora, a culpa seja do Congresso”, reagiu o senador Ronan Tito (PMDB-MG).

O senador Leite Chaves, ao justificar seu requerimento, disse que o ministro “injurou o Congresso Nacional e, por isso, é um traidor”. Chaves acha que Mailson está se preparando para assumir um cargo no FMI e é, por isso, “uma pessoa suspeita”. O presidente da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE),

considerou “infelizes” as declarações.

As duras críticas do ministro da Fazenda ao Congresso também encontraram defensores. O líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha, concordou com as palavras de Mailson. Depois de uma audiência com o presidente Sarney, justificou seu endosso às palavras do ministro da Fazenda: “Todas as propostas de privatização do governo foram sistematicamente recusadas. Todas as propostas de redução da máquina estatal também foram derrubadas, da mesma forma que os projetos de desregulamentação da economia”. Para Gadelha, o Congresso é responsável pela transformação do Plano Verão em simples programa de congelamento de preços. O senador João Menezes (PFL-PA) também apoiou Mailson com uma frase curta: “O Congresso tem agido muito mal”.

O senador Maurício Corrêa, (PDT-DF), autor do projeto que recriou os órgãos extintos pelo Executivo, considerou “uma irresponsabilidade” as críticas feitas por Mailson no Exterior. Corrêa justificou sua iniciativa, que foi aprovada por 46 votos a dois no Senado, argumentando que o Inbra, Geipot, EBTU e Embrater foram criados por lei federal e somente por outra lei poderiam ser extintos e nunca através de um decreto presidencial.